

dade. Lutemos pelos direitos humanos.

Notas

- ¹ Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa – *Folha de São Paulo/Aurélio*.
- ² SILVA, José Geraldo da. *A Lei de Tortura interpretada* – comentários à Lei 9.455/97, p. 14.
- ³ GONZAGA, João Bernardino. *A inquisição em seu mundo*, 7ª Ed.; Ed. Saraiva, 1994, p. 31.
- ⁴ EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*, ed. Rosa dos Tempos, 2ª ed., 1993, p. 211.
- ⁵ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*, a nova Parte Geral, 4ª ed.; Ed. Forense, 1994, p. 53.
- ⁶ HOBBS, Thomas. *Leviatã*.
- ⁷ Sobre a tortura como instituição, v. Toledo, Francisco de A., Sobre o crime de tortura, *Justiça Penal*, cord. De J.C. Pentead, 5, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997, p. 9 e ss.
- ⁸ VERCHER NOGUEIRA, Antônio. La Legalización de la tortura. *El País-Internacional* de 25/11/96, p. 10.
- ⁹ *O Estado de São Paulo* de 29 de julho de 1999.
- ¹⁰ Relatório – *A tortura no Brasil*; Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados/Brasil.
- ¹¹ Relatório – *A tortura no Brasil*; Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados/Brasil.
- ¹² *O Globo* – 19 de outubro de 1997, p. 1.
- ¹³ Tortura no Brasil como herança cultural dos períodos autoritários – proferida no *Seminário Internacional sobre a Eficácia da Lei da Tortura* / STJ.
- ¹⁴ Este documento, com o grado “confidencial”, foi encontrado nos Arquivos do Dops do Paraná, pela professora Derley Catarina de Luca.
- ¹⁵ Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército – Manual de Interrogatório. *Apud* Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – *ALERS – Relatório Azul* – P.A., Assembleia Legislativa, 1998, p. 285.
- ¹⁶ Relatório – *A tortura no Brasil* – Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados / Brasil.
- ¹⁷ *O Estado de São Paulo*, 04/10/97 – Estado de Direito e Direitos Humanos.
- ¹⁸ BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*.

Notas sobre a Criminalidade Organizada

Juliana Alves de Araújo*

1. Considerações preliminares

Inegável que nos últimos tempos a sociedade brasileira tem presenciado o assustador recrudescimento da atividade criminosa. Esta, especificamente no Brasil, outrora despida de maiores requintes, passou a estruturar-se profissionalmente, adquirindo caráter nitidamente empresarial, sob a administração de organizações

*N.E.: Procuradora Federal.

Referências Bibliográficas

- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das Penas*.
- EYMERICH, Nicolau. *Manual dos inquisidores*, ed. Rosa dos Tempos, 2ª ed., 1993, p. 211.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*, a nova Parte Geral, 4ª ed.; Ed. Forense, 1994, p.33
- GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu mundo*, 7ª Ed.; Ed. Saraiva, 1994, p.31.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*
- Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa – *Folha de São Paulo/Aurélio*
- O Estado de São Paulo*, de 29 de julho de 1999.
- O Estado de São Paulo*, 04/10/97 – Estado de Direito e Direitos Humanos.
- O Globo* – 19 de outubro de 1997, p. 12.
- Relatório – *A tortura no Brasil*; Comissão de Direitos Humanos – Câmara dos Deputados / Brasil.
- Revista dos Tribunais, 1997, p. 9 e ss.
- SILVA, José Geraldo da. *A Lei de Tortura interpretada* – Comentários à Lei 9.455/97, p.14.
- Sobre a tortura como instituição*, v. Toledo, Francisco de A., Sobre o crime de tortura, in *Justiça penal*, coord. de J.C. Penteado, 5, São Paulo, VERCHER NOGUEIRA, Antônio. La legalización de la tortura. *El País-Internacional* de 25/11/96, p. 10.

altamente especializadas, aumentando o potencial lesivo das investidas ilícitas e auferindo elevadíssimos lucros, que se tornaram seu principal combustível.

A detecção e a neutralização desses grupos dedicados à atividade criminosa organizada revela-se uma tarefa deveras intrincada e perigosa, haja vista que, via de regra, agem acobertados pelo pálio da insuspeição, tencionando conferir contornos de legalidade a sua atuação, valendo-se de empresas legais e de grandes corporações financeiras. Apresentam grande poder de penetração no aparato estatal, corrompendo agentes públicos com o fito de assegurar o sucesso e a impunidade de seus “negócios”.

O estudo vertente, sem qualquer pretensão de esvaziar o tema, propõe-se a se infiltrar nessa nebulosa realidade fenomenológica do crime: a criminalidade organizada. Procurar-se-á trazer a lume suas características preponderantes e a problemática da falta de um conceito legal de “crime organizado” na legislação brasileira, destacando possíveis razões para o seu avassalador desenvolvimento no Brasil, enumerando, ao final, sugestões à guisa de prevenção e repressão.

2. O problema da conceituação

Na tentativa de delimitar-se o sentido e alcance da expressão “criminalidade organizada”, impossível não se cogitar de um conceito legal.

Pois bem. Enveredando-se pelos artigos da confusa Lei 9.034/95, que dispõe sobre os meios operacionais para prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, adiante tratada mais detidamente, para surpresa dos que se interessam pela matéria, o legislador ordinário, distanciando-se do projeto original, furtou-se à definição da locução “organizações criminosas”, malgrado existam inúmeras referências a esta na lei. Diante dessa omissão legal, todavia, não se pode concluir que se esteja diante de “lei morta”, inaplicável, como têm defendido alguns estudiosos. Na verdade, não é recomendável definir uma organização criminosa por intermédio de conceitos estritos, imutáveis, sacramentados em texto legal. Se assim se fizer, acabar-se-á por engessar a conceituação, quando é cediço que a criminalidade organizada é altamente mutável no tempo e no espaço.

Quiçá imiscuído nesse espírito e atento à complexidade que envolve o tema foi que o legislador brasileiro relegou a missão de conceituar a criminalidade organizada à doutrina e à jurisprudência, que o tem feito à luz dos mais diversos aspectos e entendimentos.

A princípio, curial registrar que o artigo inaugural do sobredito diploma legal induz à falsa crença de que o conceito de criminalidade organizada equipara-se ao delito de quadrilha ou bando, cuja moldura típica encontra-se inserta no art. 288 do Código Penal brasileiro. Salvo a existência de estabilidade e de pluralidade de agentes, quadrilha ou bando e organização criminosa não se confundem. Nem todas as conspirações criminais podem ser identificadas como crime organizado e nesse ponto a doutrina parece guardar certa unanimidade, o que, aliás, não poderia ser diferente. Superada essa questão, passa-se, enfim, à clamada conceituação de “organizações criminosas”.

Diversas são as tentativas encetadas no sentido de se definir, de forma pormenorizada, o que seja uma organização criminosa.

Hassemer ensina que a “criminalidade organizada não é apenas uma organização bem feita, não é somente uma organização internacional, mas é, em última análise, a corrupção da legislatura, da magistratura, do Ministério Público, da polícia, ou seja, a paralisação estatal no combate à criminalidade.... é uma criminalidade difusa que se caracteriza pela ausência de vítimas individuais, pela pouca visibilidade dos danos causados, bem como por um novo *modus operandi* (profissionalidade, divisão de tarefas, participação de ‘gente insuspeita’, métodos sofisticados etc.)”¹.

O cientista social Guaracy Mingardi, por sua vez, conceitua organização criminosa como “grupo de pessoas voltadas para atividades ilícitas e clandestinas que possui uma hierarquia própria e capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão de trabalho e o planejamento de lucros. Suas atividades de

baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção do território”².

Em face das colocações acima, infere-se que o conceito de crime organizado ainda não está assente na doutrina, evidenciando-se, no entanto, inclinações para algumas características, as quais, doravante, serão objeto de análise.

3. Características determinantes

Essa nova face do crime ostenta alguns traços peculiares, aspectos tais que lhe conferem grande mobilidade, elevado poder de ação e intimidação, bem como resultados surpreendentes no que tange à captação de recursos financeiros. A seguir, delinear-se-á as principais características, apontadas pela doutrina, que identificam a atividade criminosa organizada:

3.1. Estrutura hierarquizada empresarialmente. Nota-se a existência de sofisticação na organização administrativa interna, com cadeias de comando e repartição funcional de atividades, revestida por rígida subordinação hierárquica entre os integrantes.

3.2. Uso de meios tecnológicos avançados, contando com os serviços de profissionais altamente qualificados, munidos de equipamentos de última geração, que, no entanto, dificilmente possuem conhecimento sobre o restante da organização, como forma de evitar o vazamento de informações.

3.3. Conexão estrutural e/ou funcional com o Poder Público. É imperioso ao sucesso das “empresas do crime” inculir-se nas entranhas do Estado, arrematando agentes públicos cujas atribuições prestem-se a intermediar e facilitar a atividade criminosa. Esse poder de corrupção redundará na inércia, paralisação estatal na repressão à criminalidade organizada e, por conseqüência, assegura a impunidade das investidas ilícitas.

3.4. Ausência de vítimas individuais. Trata-se de criminalidade difusa, que ofende pessoas indeterminadas ou indetermináveis, circunstância que dificulta a visualização imediata dos prejuízos causados.

3.5. Alto poder de intimidação e violência.

3.6. Elevada capacitação para fraude.

3.7. Simbiose local, regional, nacional ou internacional com outras organizações. Há, de fato, tendência à expansão das atividades para outras fronteiras,

formando verdadeiras “multinacionais criminosas”.

3.8. Mutações frequentes. Trabalham utilizando empresas de fachada (“laranjas”), pessoas interpostas, contas bancárias específicas. Amiúde alteram o *modus operandi* e toda a estrutura administrativa, trocando as empresas e abandonando as anteriores, removendo as pessoas para outros postos e em outras localidades e valendo-se de novas contas bancárias. Tudo isso, sem dúvida, onera e dificulta sobremaneira as investigações e o desfecho desses grupos.

3.9. Tal qual uma real empresa, tem o lucro como principal objetivo. Poucas atividades comerciais têm o condão de rivalizar com a extrema lucratividade proporcionada pela atividade criminosa organizada. Para bem alcançar tal fim, as organizações criminosas dedicam-se à prática de crimes rentáveis, a exemplo de extorsão, prostituição, jogos de azar, tráfico de armas e entorpecentes, sonegação fiscal. Por essa razão, em geral, a criminalidade organizada mantém estreita vinculação, um liame visceral com os crimes econômicos, sobretudo os de lavagem de dinheiro.

A lavagem de dinheiro, segundo definição do Fincen – *Financial Crimes Enforcement Network* (Rede de Repressão aos Crimes Financeiros), “envolve dissimular os ativos de modo que eles possam ser usados sem que se possa identificar a atividade criminosa que os produziu. Através da lavagem de dinheiro, o criminoso transforma recursos monetários oriundos da atividade criminosa em recursos com uma fonte aparentemente legítima”³.

Nessa senda, o professor Georges Picca, Promotor Público do Supremo Tribunal (Paris – França), em artigo jurídico, com percuciência, explica que:

Se tomarmos a renda anual calculada dos grupos criminosos organizados e aceitarmos isso, por volta da metade desse dinheiro deve ser “lavado” de uma maneira ou de outra dentro da economia legal, a quantia “lavada” todos os anos poderia estar entre duzentos e cinquenta e quinhentos bilhões de dólares. Mercê dos lucros colossais gerados pelo crime organizado, a conversão de lucros ilegais em ativos legais representa um dos maiores desafios para estas organizações.

4. A criminalidade organizada no Brasil

Inconscusos que globalização dos mercados, acelerando o progresso tecnológico e facilitando a circulação de mercadorias e serviços, fomentou e instigou a larga expansão dos “sindicatos do crime”, os quais, atualmente, ultrapassam fronteiras e desconhecem ou ignoram os Estados nacionais.

O Brasil, segundo alguns estudiosos que perfilham os ensinamentos do insigne jurista Luiz Flávio Gomes, não seria ainda manancial de nenhuma organização

criminosa de feição internacional. Não obstante, nos lindes do território nacional, não há como se negar a existência da criminalidade organizada; ela está presente sim e cresce com força e velocidade avassaladoras.

No contexto brasileiro, a doutrina aponta inúmeros fatores ensejadores da ascensão das “empresas do crime”.

Preliminarmente, o Brasil é visto como adequado refúgio para criminosos de “alto nível”, uma vez que dispõe de precária estrutura de investigação, notadamente no que pertine ao acompanhamento de pessoas e de movimentações financeiras suspeitas.

O País é, ainda, um atraente pólo de lavagem de dinheiro de origem ilícita, devido à facilidade de se constituir sociedades empresariais perante as juntas comerciais, sem que existam mecanismos eficientes de controle e fiscalização das transações bancárias e comerciais efetuadas por essas sociedades. Adicione-se a isso a livre atuação das casas de câmbio, sobretudo nas regiões de fronteira, por onde é possível despachar-se quantias para o exterior quase sem óbices.

Outro aspecto digno de destaque, conforme salienta o Dr. Mauro Zaue de Jesus, Promotor de Justiça do Estado do Mato Grosso, em artigo capturado na internet, o Brasil transformou-se em ponto estratégico de trânsito para o tráfico de entorpecentes produzidos nos Estados vizinhos (mormente, Bolívia, Colômbia e Paraguai). Isso porque o País conta com moderna infra-estrutura aeroportuária, imensas redes fluvial e rodoviária, com pouquíssima fiscalização, e, ainda, mantém forte comércio com o exterior, o que facilita a criação de empresas de fachada para transportar a mercadoria até o destino final.⁴

Em se tratando especificamente de tráfico de entorpecentes, é uma realidade o fato de o Brasil ser o principal produtor e fornecedor de matérias químicas utilizadas na fabricação de narcóticos, em virtude do que está se arvorando como local ideal para instalação de laboratórios clandestinos.

É frustrante testificar, também, que a criminalidade organizada, no intuito de assegurar a continuidade de sua gradativa escalada no País, cada vez mais tem se valido da máquina estatal, corrompendo os maus agentes do serviço público, mantendo “seguranças oficiais” a suas expensas e elegendo políticos para servi-los e serem servidos.

O momento é, pois, de superlativa gravidade. As organizações criminosas crescem, todavia a atividade legislativa no Brasil ainda está engatinhando, por assim dizer, quanto à previsão de mecanismos de prevenção e combate a esses grupos criminosos. Demais disso, a linha garantista do processo penal majoritária na doutrina e na jurisprudência não vê com simpatia sequer os primeiros passos dados pelo legislador brasileiro nesse caminho.

5. Breves comentários acerca da Lei 9.034/95

A eficiência nas investigações e o êxito na repressão do crime organizado demandam especificidade de atuação. Premido da finalidade de dotar os órgãos responsáveis pela *persecutio criminis* de instrumentos operacionais e jurídicos destinados ao combate à criminalidade organizada, o legislador brasileiro editou a Lei 9.034/95 (já alterada pela Lei 10.217/01), permeada de defeitos técnicos, razão pela qual a doutrina e a jurisprudência apontam, com veemência, a inconstitucionalidade e restrições ao seu alcance.

O aludido diploma legal define e regula os meios de provas e os procedimentos investigatórios que versem sobre delitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo. Permite-se, seja no inquérito policial, seja em Juízo, e sem prejuízo dos meios de provas já contemplados na legislação processual penal brasileira, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas:

a) ação controlada, consubstanciada no retardamento da interdição policial na ação supostamente praticada por organização criminosa (que não define, conforme consignado em linhas pretéritas), para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas. Cuida-se do chamado flagrante esperado ou diferido, que é válido e regular, haja vista a inexistência de farsa ou induzimento;

b) acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais, sempre mediante autorização judicial. Para esta hipótese, especificamente, prevê-se que o juiz se encarregue pessoalmente da diligência, dispositivo esse severamente criticado por contrariar todo o sistema acusatório vigente no processo penal brasileiro e cuja aplicação tem sido repelida pelo Poder Judiciário.

Com efeito, mediante essa previsão legal teratológica, introduziu-se a figura de juiz inquisidor em um sistema acusatório, no qual estão perfeitamente distribuídas as funções de acusar, defender e julgar. “São logicamente incompatíveis as funções de investigar e ao mesmo tempo garantir o respeito aos direitos do imputado (...) É inegável que o bom inquisidor mata o bom juiz ou, ao contrário, o bom juiz desterra o inquisidor”⁵.

A inovação legislativa, à evidência, atenta contra o princípio do *ne procedat iudex ex officio*, pois malfere o devido processo legal, que, em última análise, resguarda a imparcialidade do julgador. O ideal seria que o legislador tivesse fortalecido o verdadeiro destinatário das investigações – o Ministério Público – para

que, com a colaboração da polícia, se iniciasse a efetiva contenda contra a criminalidade organizada.

Ainda nesse quadro de idéias, recentemente, a Suprema Corte Federal, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.570, ajuizada pelo procurador-geral da República contra o comando normativo em liça (art. 3º da Lei 9.034/95), corroborando enfim os reclamos de inúmeros juristas, julgou parcialmente procedente o pedido, declarando a inconstitucionalidade do referido dispositivo no que concerne à coleta de dados, documentos e informações fiscais e eleitorais realizada pessoalmente pelo juiz (decisão publicada no *DOU* em 1º/03/04). O julgamento foi noticiado no Informativo 336, nos termos infratranscritos:

Preliminarmente, o Tribunal considerou prejudicada a ação de direta no ponto em que autorizava o acesso a dados, documentos e informações bancárias e financeiras, em razão da superveniência da LC 105/01, hierarquicamente superior, que regulou integralmente a questão, revogando a norma impugnada por incompatibilidade. Em seguida, *no que se refere aos dados, documentos e informações fiscais e eleitorais, o Tribunal julgou procedente o pedido, por ofensa ao princípio do devido processo legal, por entender que a coleta pessoal de provas desvirtua a função do juiz, de modo a comprometer a imparcialidade deste no exercício da função jurisdicional (...)* ADI 1.570/DF, rel. Min. Mauricio Corrêa, 12/02/04. Destacou-se.

c) A captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos e o seu registro e análise, mediante prévia permissão judicial. Para o ínclito Luiz Flávio Gomes, interceptação ambiental é a captação de conversa alheia (ocorrida em um gabinete ou reunião), não telefônica, efetuada por terceiro, valendo-se de qualquer meio de gravação. Se algum dos locutores tem conhecimento da captação, fala-se em escuta ambiental⁶. Essa nova modalidade de interceptação (fruto de alteração da Lei 9.034/95, imposta pela Lei 10.217/01), não se confunde com a interceptação de comunicações telefônicas de que se ocupa a Lei 9.296/96, mas devido à semelhança que guardam entre si, deverá observar o mesmo procedimento definido para esta.

d) Infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial, hipótese em que a licença judicial será estritamente sigilosa, permanecendo nessa condição enquanto subsistir a investida.

Além desses procedimentos de investigação e formação da culpa, a Lei 9.034/95 dispõe a respeito da especialização da polícia judiciária, que deverá ser estruturada em setores e equipes treinados para investigação e repressão de crimes perpetrados por organizações criminosas. Essa especialização, no entanto, por razões que prescindem de comentários, não deve limitar-se à polícia, mas se estender aos demais órgãos relacionados com a peleja. De igual forma, não deve

restringir-se à estruturação de um órgão ou setor; imprescindível a capacitação do pessoal comprometido, mediante a disponibilização de conhecimentos minuciosos e técnicas diferenciadas de atuação ⁷.

Mesmo identificada civilmente, a pessoa participante de ação desencadeada por organização criminosa, será submetida à identificação criminal. Tal medida, que representa exceção no ordenamento jurídico pátrio, justifica-se porque as organizações criminosas, via de regra, detêm alta tecnologia e abastados recursos financeiros, que viabilizam sofisticadas contrafações nos documentos de identificação.

A chamada “delação premiada” foi contemplada pela Lei 9.034/95 como causa obrigatória de diminuição de pena em favor de integrante de organização criminosa que tenha, espontaneamente, contribuído para a elucidação de delitos e respectiva autoria. Previsões similares são visualizadas na Lei 8.072/90, que trata dos crimes hediondos, e na Lei 9.080/95, que dispõe sobre os crimes contra o sistema financeiro nacional.

O instituto em epígrafe tem sido alvo de críticas edazes lançadas por alguns doutrinadores, que percorrem a linha garantista predominante no moderno processo penal. Olvidando questões de cunho prático, *verbi gratia* o País não ter condições de resguardar a incolumidade física do delator, defendem aqueles que a lei deve indicar condutas ética e moralmente aceitáveis, jamais ser arcabouço de incentivo e estímulo à traição. A discussão, porém, esvazia-se quando se constata que na prática forense a delação premiada tem sido pouco utilizada.

Preconiza a lei que não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que participarem intensa e efetivamente da organização criminosa (art. 7º). *A contrario sensu*, inexistindo essa “intensa e efetiva participação” (expressão inebriada de alta carga de subjetivismo, cujos lindes não é possível aferir-se com precisão), deduz-se que será perfeitamente permitido o uso daqueles institutos. Confrontando esse dispositivo com a Lei dos Crimes Hediondos (que rechaça, sem ressalvas, a possibilidade de liberdade provisória e fiança para delitos desse jaez), a doutrina adverte o absurdo de ser possível o autor de crime hediondo, participante de organização criminosa, favorecer-se com a liberdade provisória, o que não acontece com o autor de crime hediondo desvinculado dessa organização.

A teor da norma insculpida no art. 9º, no caso de condenação pela prática de crime organizado, o réu não poderá apelar em liberdade. Doutrina e jurisprudência há muito vêm acoimando esse dispositivo de inconstitucional, por afronta aos princípios constitucionais da não-culpabilidade e da ampla defesa. Enfrentando a questão aventada, ao julgar a Rcl 2.391-MC/PR, o Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade do artigo,

porque incompatível com o princípio da presunção de inocência albergado na Constituição Federal. O Excelso Pretório, contudo, considerando o fato de que, na espécie, estar-se-ia revisando jurisprudência firmada pelo próprio Tribunal, amplamente divulgada e com inegáveis repercussões no plano material e processual, com supedâneo no art. 27 da Lei 9.868/99, emprestou à sua decisão efeitos *ex nunc* ⁸.

Por fim, a multicitada lei dedica-se ao regime de cumprimento de pena a ser imposto a condenados por crimes decorrentes de organização criminosa, estabelecendo que se iniciará em regime fechado, sem óbices à progressão. Outra colisão se trava com a Lei 8.072/90, que sacramenta o cumprimento da pena aplicada pela prática de crime hediondo em regime integralmente fechado. Instalou-se, assim, mais um despautério: o agente, integrante de organização criminosa, autor de crime hediondo, pode ser beneficiado pela progressão de regime, enquanto que o sujeito ativo de crime hediondo, sem qualquer vinculação com a atividade criminosa organizada, deverá cumprir a pena em regime integralmente fechado.

Inquestionável que a ausência de sistematização da Lei 9.034/95 com a Constituição Federal e com os demais diplomas legislativos que integram o ordenamento jurídico brasileiro cedeu espaço aos disparates legais suso comentados.

6. À guisa de conclusão

É inquietante constatar a gradativa e contínua ascensão da criminalidade organizada no Brasil, mormente no que tange ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à indústria do seqüestro, à exploração de menores, à sonegação fiscal, via de regra, correlacionados com crimes econômicos, em especial, a lavagem de dinheiro.

Os meios tradicionais de investigação e repressão já se revelam insuficientes. Agravando o quadro, as corporações policiais, em sua maioria, estão despreparadas para combater o poderio das organizações criminosas. Não raras vezes avultam notícias sobre policiais corrompidos por esses grupos. Como se não bastasse, o Ministério Público ainda carece de meios operacionais adequados para fazer frente ao fenômeno de maneira global e orgânica. É comum, infelizmente, que o *parquet* funcione como reproduzidor daquilo que foi apurado no inquérito policial.

De tal arte, urde um conjunto de ações prementes e eficazes por parte do Estado no sentido de tolher o avanço da atividade criminosa organizada. É preciso, logo de início, alvejar o principal desiderato das organizações criminosas, qual seja, o lucro elevado e fácil, impedindo o gozo dos rendimentos ilicitamente angariados. A inibição da lavagem de dinheiro tem se revelado, em outros países, como uma das medidas mais eficientes para desestimular o crime organizado.

Imperiosa, também, uma postura sempre ativa do Ministério Público, em obediência a sua missão constitucional, voltada para a efetiva participação e acompanhamento direto na apuração de infrações penais em que se vislumbrem ressaibos de atividade criminosa organizada, implementando e conduzindo investigações próprias. Em verdade, não se pode olvidar, nos Ministérios Públicos de alguns Estados da Federação, já é possível identificar a real adoção de medidas dessa natureza, notadamente pela criação de órgãos especializados.

Relativamente ao aparato legislativo destinado ao combate da criminalidade organizada, quase que restrito à Lei 9.034/95, não se pode negar que ainda é deficitário. Esta, especificamente, está embevecida de atecnias, contradições, lacunas, principalmente no que diz respeito à falta de definição do que se entende por “organização criminosa”. Entretanto, em que pese a dificuldade que enseja, essa omissão, de forma alguma, pode servir de alicerce para, pura e simplesmente, não se empregar a lei. Em se tratando de investigar e reprimir a criminalidade organizada, não se pode pecar pelo excesso de formalismo legalista, mas sim privilegiar uma postura praticista.

Que a Lei 9.034/95 padece de sérias vicissitudes, é incontroverso. Todavia tais defeitos não podem ser invocados, interpretados como causas justificadoras da não-aplicação dos dispositivos nela hospedados; qualquer exegese nesse sentido seria temerária e poderia representar a redenção aos desmandos da criminalidade organizada. Caberá, portanto, ao intérprete harmonizar a lei com os princípios e garantias processuais que inspiram o processo penal brasileiro, sem elidir sua aplicação, sopesando quais bens jurídicos devem prevalecer.

Notas

¹ In Três Temas de Direito Penal, cit. P.85, *apud* GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raul. *Crime organizado*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 75.

² *O Estado e o crime organizado*. IBCCrim, p.82.

³ *Apud* MEDRONI, Marcelo Batlouni. As organizações criminosas: o problema da não-conceituação. *Revista Ministério Público*. Rio de Janeiro, RJ (9), 1999, p. 173.

⁴ *In crime organizado – a nova face da criminalidade*.

⁵ LOPES JR, Aury. *Investigação preliminar no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 74.

⁶ *In Interceptação Telefônica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 111.

⁷ Em âmbito federal, por meio da Portaria 736, de 10/12/96, que alterou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, foi criada a Divisão de Crime Organizado e Inquéritos Policiais. Por sua vez, nos Estados, núcleos especializados estão sendo gradativamente implantados na estrutura dos Ministérios Públicos e das Polícias Cíveis.

⁸ Vide Informativos do STF 320, 323 e 334.

Referências Bibliográficas

CÁFFARO, Luiz Carlos. O Ministério Público e o crime organizado. *Revista do Ministério Público*. Rio de Janeiro, RJ (1), p.106/117, jan/jun, 1995.

CONCEIÇÃO, Mário Antônio. O crime organizado e propostas para atuação do Ministério Público. *Cad. Ministério Público do Paraná*, v. 3, n. 3, p. 55/70, abril/2000.

GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raul. *Crime organizado*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES, Luiz Flávio. Interceptação Telefônica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. *Crime organizado: que se entende por isso depois da Lei 10.217, de 11/04/01? (Apontamentos sobre a perda da eficácia de grande parte da Lei 9.034/95)*. Disponível na Internet em <<http://www.jusnavigandi.com.br>>.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A legislação brasileira em face do crime organizado. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. 20, p. 59/69, 1999.

JESUS, Mário Zaque de. *Crime Organizado – a nova face da criminalidade*. Disponível na Internet em <<http://www.mt.trfl.gov.br/judice>>.

LOPES JR, Aury. *Investigação Preliminar no Processo Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MEDRONI, Marcelo Batlouni. As Organizações criminosas: a não-conceituação. *Revista do Ministério Público*. Rio de Janeiro, RJ (9), p.173/177, 1999.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. *A globalização e o crime*. Disponível na Internet em <<http://www.Juspodium.com.br>>.

PICCA, Georges. Crime organizado transnacional. *Revista Jurídica Consulex*, ano VII, 158, p.12/15, agosto/2003.

QUAGLIA, Giovanni. *Crime organizado internacional: a proposta das Nações Unidas*. Disponível na Internet em <<http://www.unodc.org/brazil>>.

RIBEIRO, Wanderley. *O crime organizado*. Disponível na Internet em <<http://www.advogadocriminalista.com.br>>.

Tópicos Jurídicos

A Reincidência como Qualificador dos Crimes de Porte Ilegal de Arma de Fogo e Análogos na Revogada Lei das Armas de Fogo (Lei 9.437/97) e no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03): a Questão da Retroatividade da Lei Posterior mais Benéfica

Damásio de Jesus*

*N.E. Presidente e professor do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, *doutor honoris causa* em Direito pela Universidade de Estudos de Salerno (Itália), diretor-geral da FDDJ, membro do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e autor de mais de 20 livros publicados pela Editora Saraiva.